



MEDIDA PROVISÓRIA Nº. 297, DE 9 DE JUNHO DE 2006.
(Do Poder Executivo)

Regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA Nº. ____/2006

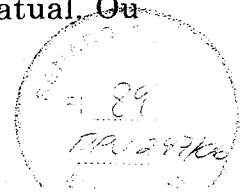
Art. 1º. O art. 17, da Medida Provisória nº. 297 de 09 de junho de 2006, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 17.

.....
Parágrafo único. É fixado o prazo de até 120 (cento e vinte) dias contados da data da publicação desta Lei para que o gestor local responsável pela execução do programa adote providências para realização do processo seletivo e admissão nos empregos públicos dos Agentes Comunitários de Saúde”.

JUSTIFICAÇÃO

A previsão constante do caput do art. 17 de que sejam mantidos os atuais profissionais que exercem as atividades de Agente Comunitário de Saúde, até que *"seja concluída a realização de processo seletivo público pelo ente federativo, com vistas ao cumprimento do disposto nesta Medida Provisória"*, sem que seja estabelecido prazo para as providências, implica em manter por tempo indefinido a situação atual. Ou



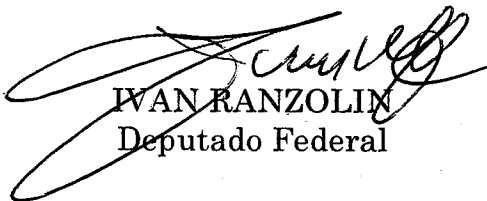


CÂMARA DOS DEPUTADOS

seja, o gestor local não é compelido a adotar qualquer providência para adequar-se às disposições da Medida Provisória.

Para que os objetivos previstos pela Medida Provisória sejam atendidos, imprescindível que seja determinado prazo (razoável) para que os procedimentos administrativos sejam implementados, sob pena de o dispositivo resultar sem efeitos concretos.

Sala da Comissão, em 14 de Junho de 2006.


IVAN RANZOLIN
Deputado Federal

